

Planalto intervém e debate sobre "regra de ouro" é adiado

Por Edna Simão, Fábio Pupo, Ribamar Oliveira e Fabio Graner | De Brasília

O governo suspendeu a discussão em torno de flexibilização da "regra de ouro" das finanças públicas, dispositivo da Constituição que proíbe emissão de dívida para pagamento de despesas correntes, como salários e aposentadorias. A orientação foi dada pelo presidente Michel Temer ontem durante reunião com os ministros Dyogo Oliveira (Planejamento) e Henrique Meirelles (Fazenda), que resumiu a questão, em entrevista coletiva: "Não é discussão adequada para este momento. Previdência é nossa maior prioridade".

Temer resolveu intervir na polêmica porque estava preocupado com "o barulho" provocado na semana passada pela proposta de suspensão temporária do dispositivo. O temor do presidente era que o calor da discussão, que chegou a irritar o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pudesse contaminar a

tramitação da reforma da Previdência, prevista para fevereiro. "Uma briga agora com o Maia enterra de vez a Previdência", disse uma fonte. "A prioridade do governo é essa reforma", acrescentou.

Após a orientação de Temer, Meirelles e Dyogo convocaram uma entrevista coletiva sobre o tema. Além de ressaltarem que a "regra de ouro" só será debatida no momento adequado, destacaram que o dispositivo, assim como o teto de gastos, vai ser cumprido neste ano. O atendimento será possível graças à devolução antecipada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de empréstimo de R\$ 130 bilhões ao Tesouro Nacional.

As preocupações sobre a "regra de ouro", no entanto, permanecem em relação a 2019, já que o Planejamento calcula "buraco" de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões para cumprir a norma no ano que vem. Até agosto, a equipe econômica terá que encaminhar ao Congresso Nacional uma peça orçamentária

para o próximo ano com uma solução para o imbróglio. "Existem discussões e preocupações com os anos futuros, mas achamos que não é discussão adequada para este momento", ressaltou Meirelles.

O ministro da Fazenda defendeu que, no momento adequado, haja regras de autoajustamento em caso de rompimento dos limites da "regra de ouro". A proposta é similar ao teto de gasto, que quando estourado aciona medidas como suspensão de concursos e reajustes de salários.

O ministro do Planejamento adiantou que o governo estudará juridicamente a possibilidade de mandar o Orçamento de 2019 com um crédito extraordinário para cumprir a "regra de ouro". Na avaliação dele, a Constituição não seria clara sobre isso e existiria dúvida quanto à legalidade de usar a ressalva durante a elaboração do Orçamento, ou somente durante sua execução.

A dúvida, na verdade, já chegou a ser analisada por estudo técnico





elaborado em dezembro pela Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira (Conof), da Câmara dos Deputados. Segundo o documento, a Constituição indica que a "regra de ouro" não se aplica somente à execução da despesa. "Conclui-se que a regra de ouro deve ser observada antes desse momento - na elaboração e na aprovação dos orçamentos", afirma o estudo. Por isso, o problema pode continuar nas mãos da equipe econômica neste ano.

Dyogo explicou que o governo buscará o cumprimento ou alteração da regra "de forma responsável". Segundo ele, o processo de ajustamento das contas públicas deve continuar. "Vamos buscar o cumprimento da regra de ouro, ou sua alteração, de uma forma extremamente responsável e

coerente com o processo de contenção de despesas e ajustamento das contas públicas, que tem produzido resultados muito importantes de redução de risco-país, de juros e de inflação. Tudo que está acontecendo na economia brasileira é resultado disso e tem que ser continuado", disse ele, completando que a "regra de ouro" não vai ser tratada de imediato. "Ficará para depois."

Os ministros afirmaram que a prioridade, no momento, é aprovar a reforma da Previdência, porque sem ela até mesmo outro dispositivo - o teto de gastos - pode chegar ao ponto de ser rediscutido por dificuldade de cumprimento. Mesmo assim, Meirelles disse que as mudanças na concessão de benefícios previdenciários não garantiria um cumprimento

automático da "regra de ouro", porque os efeitos da reforma seriam instalados de forma gradual.

Os ministros procuraram reforçar que o descumprimento da "regra de ouro" está diretamente ligado aos elevados déficits da Previdência, o que só demonstra a urgência na aprovação de mudanças nas regras de concessão de benefícios.

Meirelles ainda foi perguntado sobre as incertezas das contas públicas diante de agências de classificação de risco. Ele afirmou que o governo está "tentando viabilizar o cumprimento de todos os itens" da legislação. "O que estamos discutindo é agora uma atualização no sentido de garantir a sustentabilidade fiscal."

Teto para o gasto público é a verdadeira âncora fiscal do governo

Por Ribamar Oliveira | Brasília

Independentemente da existência ou não da chamada "regra de ouro", o cumprimento do teto de gastos impõe o controle das despesas da União pelo governo e garante a redução do endividamento público. A Emenda Constitucional 95, que criou o limite para o gasto, prevê, inclusive, duras medidas de ajuste se o teto for rompido.

Assim, o teto de gastos passou a ser a verdadeira âncora fiscal do governo brasileiro. Ele garante que as despesas orçamentárias aumentem apenas pela inflação. Com o crescimento positivo da economia, os gastos da União cairão em proporção do Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto o teto existir, a "regra de ouro" será inócua.

Para que ela seja cumprida no futuro, no entanto, o governo precisa respeitar o limite para as despesas e as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O teto e as metas fiscais é que

levarão o Orçamento da União ao equilíbrio e ao controle do endividamento público.

Em entrevista ontem, juntamente com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, deu mais ou menos este recado, usando outras palavras. "A suspensão temporária da 'regra de ouro' não vai aumentar ou diminuir as despesas", explicou. "Nem piora a meta fiscal [que prevê a realização de um resultado primário anual]."

Dyogo observou que os déficits primários que a União tem registrado desde 2014 "são criados pelas despesas correntes e não pelos investimentos". Ou seja, o que está aumentando o endividamento são as despesas correntes e não o investimento, ao contrário do que determina a "regra de ouro". Ela estabelece que a dívida só pode crescer para pagar investimentos, inversões financeiras e amortizações do endividamento anterior.

O importante do ponto de vista

fiscal, disse Meirelles, é que o Congresso aprove as medidas de controle das despesas, como a reforma da Previdência. "Do contrário, daqui a pouco estaremos discutindo a mudança no teto de gastos", disse o ministro da Fazenda. "Não este governo, mas os futuros."

Com a União registrando déficit elevados nos últimos anos, a "regra de ouro" só foi cumprida com o uso de artifícios contábeis. Pela metodologia usada pela Fazenda, os recursos de emissão de títulos arrecadados em exercícios anteriores, e não aplicados em despesas no exercício atual são considerados na apuração da "regra de ouro".

Outra fonte de recursos para cumprir a "regra de ouro" foi o resultado contábil positivo registrado pelo Banco Central, principalmente com a desvalorização do real, que é transferido ao Tesouro. Também foi fundamental o retorno dos empréstimos feitos pelo Tesouro aos bancos públicos, como o BNDES. O problema é que essas fontes





secaram.

Para cumprir a "regra de ouro" em 2019, o governo teria que cortar entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões nas despesas, informou o ministro do Planejamento. "Isto é impossível", disse Meirelles, que estava ao lado de Dyogo. Lembrou que as despesas discricionárias (aquelas que o governo não está impedido de cortar pela legislação) estão previstas em cerca de R\$ 120 bilhões para este ano. Para cortar de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões, seria necessário parar todo o Estado brasileiro.

Assim, o Congresso terá que aprovar a suspensão da "regra de ouro" antes da elaboração da proposta orçamentária para 2019,

que será concluída no dia 31 de agosto.

Nada é mais significativo para expressar o teto de gasto como a nova âncora fiscal do que a decisão do Congresso, que, ao revisar a previsão de receita da União em R\$ 5 bilhões, por causa de uma estimativa de maior crescimento da economia neste ano, não utilizou o dinheiro extra para aumentar as despesas. Usou parte dos recursos para melhorar a meta fiscal de 2018, reduzindo a previsão de déficit primário de R\$ 159 bilhões para R\$ 157 bilhões. Outra parte foi utilizada para aumentar a verba do Fundeb, que está fora do teto de gastos. Mesmo assim, o presidente Michel Temer vetou o aumento.

BPC segue em alta e pode ter batido recorde em 2017

Por Edna Simão | De Brasília

As despesas do governo federal com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vão continuar crescendo e devem encerrar o ano de 2017 com um novo recorde. No acumulado de janeiro a novembro do ano passado, esse gasto somou R\$ 49,778 bilhões, o que representa um aumento de 5,8% ante mesmo período de 2016. Os números, divulgados pelo Tesouro Nacional, estão corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro de 2017. A principal justificativa para essa elevação é a indexação ao salário mínimo.

Somente de 2010 até o penúltimo mês de 2017, o desembolso do governo com pagamento do BPC registrou um crescimento real de 40,77%. Apenas em novembro, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, mais de 4,5 milhões de pessoas receberam esse benefício, sendo dois milhões são idosos e 2,5 milhões são pessoas com deficiência.

O governo tentou conter o acelerado ritmo de aumento desse

gasto propondo mudanças nas regras de concessão do benefício na proposta de reforma da Previdência Social. Porém, para reduzir as resistências, acabou retirando alterações do texto. A ideia da equipe econômica era desvincular o benefício do salário mínimo e aumentar a idade exigida dos atuais 65 anos para 70 anos. Com isso, haveria uma equiparação com as práticas internacionais. Por exemplo, nos maioria dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse tipo de auxílio não é atrelado ao salário mínimo.

A proposta de aumento da idade para solicitação do benefício visava dar um tratamento diferenciado entre as pessoas que contribuem para a previdência e as que não, que é o caso do BPC, pago mensalmente para idosos com 65 anos ou mais e pessoas portadoras de deficiência incapacitadas para o trabalho, com renda per capita familiar inferior a 1/4 do salário mínimo. A proposta de Reforma da Previdência, que o governo espera que seja votada em fevereiro na Câmara, fixa uma idade mínima de aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, com equiparação de regras entre servidor público e privado.

A vinculação do benefício ao salário mínimo é a principal justificativa dada por técnicos do governo para a elevação acelerada da despesa com o BPC. Neste ano, a pressão vai continuar. O valor do salário mínimo saltou de R\$ 937 em 2017 para R\$ 954 em 2018, um reajuste de 1,81%.

Para tentar diminuir esses gastos o governo está fazendo um pentefino no BPC, assim como o auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. O foco era o benefício concedido judicialmente. No caso do BPC, os idosos acima de 65 anos e as pessoas com deficiência devem fazer o cadastramento no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal até dezembro deste ano, segundo Portaria Interministerial nº 5/2017, publicada no final do ano.

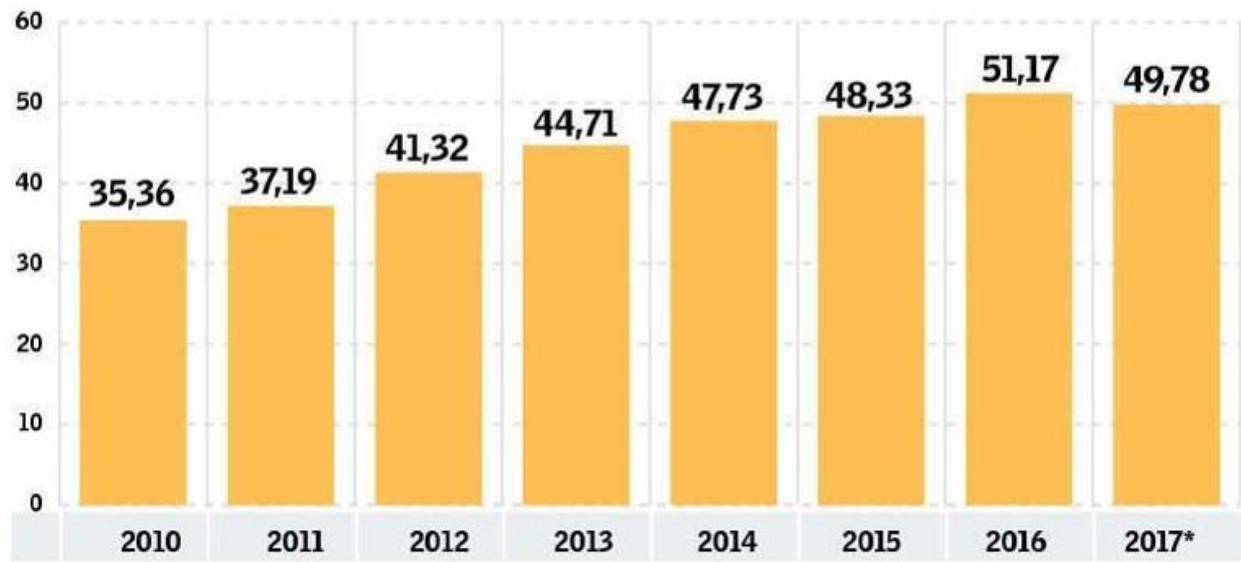
A previsão inicial do governo era uma economia de R\$ 800 milhões ao ano com a inscrição dos recebedores de benefícios sociais em um cadastro único e com a regulamentação da revisão bianual de benefícios sociais. Esse retorno, no entanto, só será obtido ao fim de um processo que pode levar até dois anos. A revisão desses benefícios não era feita desde 2008 e passará a ser regularizada.





Despesa crescente

Gastos com Benefício de Prestação Continuada, em R\$ bilhões



* Número acumulado de janeiro a novembro

PIS/Pasep de cotistas com mais de 60 anos será pago a partir do dia 24

Por Fábio Pupo | De Brasília

O pagamento de cotas do PIS/Pasep para pessoas com mais de 60 anos terá início no dia 24 de janeiro, informou o Ministério do Planejamento. A nova etapa de saques abrange cerca de 4,5 milhões de cotistas com saque total de R\$ 7,8 bilhões.

O crédito automático em conta para os beneficiários com conta corrente ou poupança individual na Caixa e Banco do Brasil será feito no dia 22 à noite. O Pasep beneficia 1,8 milhão de cotistas com o valor total de R\$ 3,2 bilhões. O PIS atende 2,7 milhões de pessoas com saque total de R\$ 4,6 bilhões.

Essa nova etapa de saques ocorreu após MP publicada pelo governo no fim de 2017 que reduziu a idade mínima para o saque das cotas do PIS/Pasep para 60 anos, tanto para homens quanto mulheres. Segundo o Planejamento, a iniciativa tem como objetivo ativar o comércio, a indústria e os serviços, além de gerar empregos.

Tem direito às cotas o trabalhador cadastrado no fundo entre 1971 e 4 de outubro de 1988 e que ainda não sacou o saldo total de cotas na conta individual de participação. Homens e mulheres a partir de 60 anos têm direito ao saque dos dois programas.

'Minha Casa' entregará mais unidades neste ano, diz ministro

Por André Ramalho | Do Rio

O governo pretende aumentar em 2018 a entrega de unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida. O ministro das Cidades, Alexandre Baldy (PP-GO), disse ontem que, independentemente de motivações eleitorais, uma "força-tarefa" tem sido montada para acelerar as obras. A expectativa é entregar cerca de 75 mil unidades ainda no primeiro trimestre. O orçamento do ministério para o programa habitacional em 2018 é de R\$ 70 bilhões.

Ontem, Baldy se reuniu, no Rio, com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com o governador Luiz Fernando Pezão (MDB) e lideranças políticas fluminenses para tratar da retomada das obras de um empreendimento em Itaboraí, na região metropolitana.

"Acredito que esse número [de unidades entregues em 2018] seja

maior que em 2017, pelo fato de estarmos retomando muitas obras", afirmou o ministro, sem mencionar quantas unidades foram entregues no ano passado.

Ele argumenta que, em 2017, o governo deixou de investir cerca de R\$ 24 bilhões no programa, devido aos problemas de capitalização da Caixa Econômica Federal, e que este ano pretende intensificar, com o "menor esforço orçamentário financeiro possível", a retomada da construção de cerca de 70 mil unidades do programa habitacional, que se encontram "paralisadas ou com andamento em ritmo lento".

"Estamos fazendo uma força-tarefa de forma que a gente possa não só manter a construção do Minha Casa, Minha Vida, mas também retomar as obras que estão paralisadas, que estão para ser entregues, no Rio de Janeiro e no Brasil", disse.

Questionado sobre se a celeridade do governo nas entregas

de novas moradias teria relação com as eleições deste ano, Baldy negou. "Há muito tempo o governo vem trabalhando duro e elegendo os programas sociais entre suas prioridades."

O ministro disse ter firmado um termo de compromisso com a Cedae, o Banco do Brasil, governo do Estado do Rio e a Prefeitura de Itaboraí, para que seja encontrada uma "solução definitiva" para a conclusão de um empreendimento de 3 mil unidades no município.

Segundo Baldy, as obras do complexo estão praticamente concluídas, mas ainda faltam investimentos relacionados ao sistema de abastecimento de água da região, assumidos e não cumpridos pela prefeitura local. Ainda de acordo ele, o Ministério das Cidades se comprometeu a investir R\$ 33 milhões no projeto de saneamento, que atenderia 40 mil moradores da região.

Mudança adiada



Sem flexibilização. Os ministros Henrique Meirelles (à esquerda) e Dyogo Oliveira disseram que não há qualquer risco de descumprimento da regra de ouro em 2018

Governo decide deixar discussão sobre regra fiscal para depois da reforma da Previdência

Martha Beck, Eliane Oliveira e Letícia Fernandes

-Brasília- Diante da repercussão negativa provocada pela notícia de que a equipe econômica estaria estudando uma flexibilização da regra de ouro — que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como folha de salários — o presidente Michel Temer decidiu adiar o debate. Logo pela manhã, ele convocou a equipe econômica e mandou os ministros da Fazenda,

Henrique Meirelles, e do Planejamento, Dyogo Oliveira, darem dois recados ao mercado. O primeiro deles é que nada será discutido antes da reforma da Previdência. E o segundo é que qualquer mudança não envolverá uma simples suspensão da regra de ouro. Será preciso criar um mecanismo de ajuste automático nos gastos públicos quando a norma, que está prevista na Constituição, for descumprida. Com isso, o Palácio do Planalto espera acalmar investidores que ficaram preocupados com a gestão das contas públicas.

— A orientação do presidente confirma aquilo que já tínhamos adiantado, que não deve haver flexibilização ou suspensão pura e simples. O que podemos estudar, no momento adequado, são regras de autoajustamento, como, por exemplo, o que já foi colocado pelo teto de gastos. Acionamento automático de mecanismos ajustáveis — disse Meirelles em entrevista convocada depois da reunião com o presidente.

Ele destacou que não há qualquer risco de descumprimento da regra em 2018 e que o foco agora tem que ser de trabalho pela aprovação da





reforma da Previdência. Já o ministro do Planejamento destacou que a dificuldade do governo para honrar a regra ocorre justamente porque o país tem despesas obrigatórias muito elevadas, especialmente com o pagamento de aposentadorias.

MAL-ESTAR ENTRE MEIRELLES E MAIA

A Constituição prevê que as operações de crédito do governo não podem ser maiores que as despesas com investimentos. Isso serve justamente para que o governo não emita dívida para pagar despesas correntes. O problema é que a crise fiscal gerou um quadro em que o governo tem endividamento e gastos correntes elevados e investimentos baixos.

— O que achamos é que (mudar a regra de ouro) não é uma discussão adequada para este momento. Agora, nós estamos focados na Previdência — disse Meirelles.

Oliveira lembrou que a discussão deve ser retomada este ano por causa do Orçamento de 2019: — O que afeta a regra de ouro é o fato de que o nosso déficit fiscal é gerado pelo déficit da Previdência. O que temos que fazer é tratar da maior despesa do governo, que é a despesa com Previdência. É isso que ajuda a resolver o problema da regra de ouro.

A reunião de Temer com a equipe econômica também foi uma forma de colocar panos quentes sobre o mal-estar que a discussão fiscal gerou entre Meirelles e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo

Maia (DEM-RJ), ambos interessados em disputar as eleições para presidente. Na semana passada, a equipe econômica chegou a começar a discutir ajustes na regra de ouro na casa de Maia com o deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), que trabalha numa Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para reduzir o engessamento do Orçamento no país.

No entanto, logo em seguida, Meirelles disse que o ideal não seria flexibilizar a regra. Maia interpretou isso como uma tentativa da equipe econômica de jogar o assunto no colo do Congresso e afirmou publicamente que, diante disso, não colocaria nenhuma alteração na regra de ouro em votação no Congresso.

Durante a entrevista ontem, Meirelles tentou afastar a ideia de que a equipe econômica está em conflito com o Congresso: — Não me parece que existam divergências. (...) A definição da pauta é do presidente da Câmara.

Já Maia, perguntado se estaria orientando Pedro Paulo a não incluir a regra de ouro em sua PEC, afirmou que o tema jamais esteve na proposta de emenda à Constituição: — Nunca esteve. Foi coisa da equipe econômica. Como eles estão divididos, vamos tratar da PEC das despesas obrigatórias.

DESEQUILÍBRIO DE ATÉ R\$ 200 BI EM 2019

O ministro do Planejamento explicou que o governo precisa debater a regra de ouro porque ela

corre o risco de ser descumprida a partir de 2019. Segundo Oliveira, o desequilíbrio previsto no Orçamento do ano que vem está estimado entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões. Sem algum tipo de ajuste, o governo teria que encaminhar projeto de lei ao Congresso prevendo um corte de gastos nesse valor, sendo que isso é impossível. As despesas passíveis de contingenciamento (discricionárias) estão pouco acima de R\$ 100 bilhões.

— Se você cortar toda a despesa discricionária do governo, ela é um pouco maior que R\$ 100 bilhões. Se a gente cortasse tudo, ainda assim, não seria a solução — disse Oliveira.

Meirelles e Dyogo asseguraram que não há risco de descumprimento da regra de ouro em 2018, pois o governo já negociou com o BNDES a devolução de R\$ 130 bilhões ao Tesouro. Esses recursos serão usados para reduzir o rombo nas contas públicas.

Diante do risco para o ano que vem, Temer pediu à equipe econômica que encontre alternativas para quando for enviado ao Congresso o Orçamento de 2019, o que tem de acontecer em agosto. Segundo interlocutores do Planalto, embora a equipe econômica tenha começado a debater o assunto com Pedro Paulo, Temer ainda não havia se posicionado sobre o assunto.

— Essa especulação sobre a regra de ouro começou sem que Temer tivesse fechado uma posição. Por conta disso, ele chamou uma reunião e pediu que a equipe econômica estude uma alternativa





para cumprir o Orçamento de 2019, mas sem flexibilizar a regra — disse um aliado do presidente.

Apesar do otimismo da equipe econômica em relação ao fechamento das contas de 2018, Pedro Paulo alertou que o adiamento do debate sobre a regra de ouro vai obrigar o governo a tomar medidas amargas ainda este ano. Segundo ele, não haverá problemas apenas em 2019.

— O ano de 2017 foi fechado com muita dificuldade, e este ano não será diferente. Do total do Orçamento, só 9,5% são despesas discricionárias, o resto é obrigatório. E não adianta dizer que o problema está resolvido porque o BNDES vai repassar R\$ 130 bilhões ao Tesouro. Há um furo de R\$ 182 bilhões — afirmou o deputado.

Meirelles também disse ontem que, apesar de o país ter três âncoras fiscais (teto de gastos, meta de resultado primário e regra de ouro), não se pode abrir mão de nenhuma delas: — As três âncoras são importantes. A regra de ouro basicamente estabelece limites para o crescimento da dívida, mas não é específica em relação às despesas. Para isso, existe o teto. E a meta de primário é um resultado para o ano.

Corpo a corpo : Margarida Gutierrez
**"Sem ajuste, 2019 pode ter
apagão de serviço público"**

Para especialista, debate sobre medida só reforça urgência de votar alterações na aposentadoria

Marcello Corrêa

• Como vê a mudança do governo em relação à flexibilização da regra de ouro?

O que se discute é que não faz sentido flexibilizar a regra de ouro sem punição. A ideia do Meirelles é flexibilizar a regra de ouro e, cada vez que ela fosse flexibilizada, despesas obrigatórias deixariam de ser obrigatórias. Não sei até que ponto é boa, mas talvez seja viável. O risco dessa proposta é dizer que vai se comprometer e, na hora, acabar não conseguindo cumprir. Acontece a mesma coisa com a PEC do teto de gastos, que pode não ser cumprida em 2019. É importante lembrar que pode até flexibilizar a regra como uma maneira de garantir que a coisa não vai explodir, mas tem o gasto previdenciário, que é uma bomba-relógio.

• A devolução dos R\$ 130 bilhões do BNDES resolve o problema?

Vai dar uma folga, porque isso permite abater dívidas e com isso ganhar fôlego para a regra de ouro. É uma receita que financia uma despesa. Mas depois não tem. O problema começa em 2019.

• Que alternativas o governo tem sem flexibilizar a regra?

A alternativa é fazer uso do caixa único do Tesouro, o que o governo já tem feito. Uma parte dessa conta é dinheiro carimbado, mas uma parte significativa é formada por recursos que o governo pode usar para abater a dívida pública em determinados momentos e eventualmente pagar despesas correntes. Se o governo está tão preocupado com 2019 e quer flexibilizar a regra de ouro é porque, provavelmente, os recursos disponíveis hoje não serão suficientes para pagar a despesa corrente.

• Se esses recursos também estão no fim, o que pode acontecer em 2019?

Sem isso, pode ter apagão dos serviços públicos e começar a não pagar aposentados, por exemplo, como a gente já começou a ver nos estados. (A prioridade) é cumprir a regra de ouro, que está na Constituição. Se não tem dinheiro, não tem.

• Como esse debate afeta a questão da reforma da Previdência?

Coloca mais premência sobre a necessidade de votar a reforma. Não é a reforma do Temer, é da sociedade. É impossível o país viver assim. No Brasil, temos regras previdenciárias que são um ponto fora da curva no mundo.

Para sair do impasse

O governo quer a suspensão da regra de ouro junto com um conjunto de medidas: a possibilidade de usar recursos de superávits passados que estão na conta única, mudar o artigo constitucional que dá aos servidores direito a aumento salarial todo ano, reduzir carga horária e salário de servidor. Para o governo, 2019 é o ano que já começou. Ele tem que preparar o Orçamento e há um impasse.

Quando o ministro Henrique Meirelles fala em adiar a discussão é porque houve forte reação. Mas no governo admite-se que dá para fechar as contas de 2018, mas não dá para fazer o Orçamento do próximo ano. A ideia é apresentar um conjunto de propostas junto com a suspensão da regra de ouro.

Algumas delas: na conta única estão receitas de impostos que tinham destinação específica, não usadas nos anos em que houve superávit. Pela lei, essa receita só pode ser usada naquele objetivo para o qual estava destinada. A Cide, por exemplo, que é para investimento em estradas. O governo quer a liberdade de remanejar esses recursos. Outra mudança é no artigo da Constituição que dá ao funcionário público o direito a reajuste anual. O governo quer não reajustar durante a crise. A terceira medida seria a possibilidade de reduzir horas trabalhadas de servidores de áreas não essenciais

para diminuir os salários. O ministro Teori Zavascki morreu antes de julgar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo sobre isso.

O que se diz no governo é que a crise é maior e mais ampla do que eles estão conseguindo explicar. Admitem que comunicaram mal a ideia de quebrar a regra de ouro, que estabelece que só pode haver aumento de endividamento na mesma proporção dos investimentos. A ideia é reapresentar a proposta junto com outras mudanças constitucionais.

Pela lei, a regra de ouro se cumpre duas vezes: quando o Planejamento faz o Orçamento e o entrega em agosto ao Congresso e, depois, quando o Tesouro prova ao fim do ano que não quebrou a regra. Portanto, o impasse de 2019 é realidade agora. Teria que haver um ajuste que os técnicos calculam entre R\$ 180 bilhões e R\$ 200 bilhões num ano, 3% do PIB. Um ajuste "impossível"

O grande risco seria o Congresso se enganar com o curto prazo. De imediato, há notícias boas: o déficit de 2017 ficará menor em R\$ 30 bilhões, como eu já escrevi aqui, e em 2018 haverá o repasse de R\$ 130 bi do BNDES para o Tesouro, como informou ontem o "Valor"! A confusão é o ano que vem, por isso o que se diz no governo é que as

boas notícias de curto prazo têm que ser vistas como uma janela de oportunidade:

— A ideia de que se pode resolver o problema aprovando crédito suplementar, como foi sugerida por alguns economistas, é equivocada. Esse recurso é para ser usado quando uma despesa não prevista aconteceu, uma catástrofe, por exemplo, e o gasto real que o governo terá com uma rubrica é maior do que a orçada. Mas o governo não pode fazer um Orçamento com despesas deliberadamente subestimadas para, no ano seguinte, pedir um crédito suplementar ao Congresso.

Quem olha a série do Banco Central dos resultados do Tesouro vê que o Brasil, de 1991 até 2014, teve apenas um pequeno déficit primário, de 0,25% do PIB em 1997. No começo do segundo mandato do governo Fernando Henrique, ele levou o resultado para superávit através de um aumento de impostos. As receitas líquidas foram de 14% do PIB para 18%. E as despesas subiram de 14% para 16%. Atualmente seria difícil fazer o ajuste através do aumento de carga tributária. Seria impossível também cortar porque a rigidez do Orçamento aumentou em vez de diminuir. Agora é de 92% dos gastos.

— A situação é trágica. O país em 2020 entrará no sétimo ano de





superávit. Não se deveria permitir que chegasse nesse ponto, mas chegou. O investimento público da União em 2014 foi 1,4% do PIB. Em 2016 foi 1%, ou, R\$ 65 bilhões. Em 2017 deve fechar em 0,6% do PIB, entre R\$ 40 bi e R\$ 45 bi. Mesmo se fosse a zero não seria suficiente. Hoje para dizer a verdade precisaríamos de um ajuste impossível, de 2% do PIB — admite um alto funcionário da área econômica.

Esse tom dramático se pode ouvir de vários integrantes da equipe. O país chegou num impasse fiscal. Eles dizem que é preciso agir agora para ter Orçamento para 2019, ano em que o governo será outro.

Sem fim, sem fins

A Zona Franca de Manaus é o exemplo de almanaque de como programas de benefício tributário se perpetuam e se agigantam, sob os mais variados pretextos, à medida que interesses privados e políticos passam a prevalecer sobre os objetivos originais da medida.

Criada em 1967 pelo regime militar, a ZFM proporcionaria incentivos para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Seu prazo era de três décadas; no ano passado, ela completou meio século de vida; após sucessivas alterações, sua vigência está estabelecida na Constituição até o longínquo 2073.

Metas de fomento industrial ou regional pouco importam a esta altura. Pode-se apostar que, em qualquer cenário futuro, um poderoso lobby empresarial e parlamentar buscará nova prorrogação das benesses.

Apenas neste ano, o governo abrirá mão de R\$ 283 bilhões em receita tributária – muito, diante da arrecadação efetiva esperada de R\$ 1,3 trilhão. Do montante, 84% dizem respeito a benefícios sem data para acabar. Os mais de R\$ 20 bilhões referentes à Zona Franca, ironicamente, estão em minoria.

Programas do gênero não raro despertam simpatia que obscurece suas distorções. O maior deles, o Simples, começou como alívio para empresas minúsculas; hoje abarca aquelas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões, teto regularmente elevado pelo Congresso.

Não é difícil entender a permissividade: reduzir impostos rende dividendos políticos imediatos para governantes e congressistas, a custo opaco – ainda que real – para o restante dos contribuintes.

Foi preciso o Orçamento federal chegar ao

esgotamento para que o tema ganhasse relevo na política econômica. Conforme noticiou esta Folha, um levantamento do Tribunal de Contas da União constatou que 53% dos benefícios nem mesmo estão vinculados a um órgão responsável pelo monitoramento de seus resultados.

Rever o alcance de tais iniciativas e, quando for o caso, fixar prazos para seu encerramento são modos menos traumáticos de reforçar as contas públicas do que, por exemplo, instituir novos tributos ou paralisar investimentos.

Não se trata de demonizar a renúncia fiscal, muitas vezes justificável, nem de imaginar que seus valores possam ser convertidos de imediato em arrecadação.

Irracional e injusto é que negócios de viabilidade duvidosa prosperem à sombra do Estado sem vantagem social correspondente.

BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS União, R\$ bi em 2018



*Inclui áreas de livre comércio
Fontes: Receita e Planejamento

Nos últimos 2 anos, estatais custaram R\$ 40 bi à União

Entre as 149 empresas federais, 18 não sobrevivem sem dinheiro do Estado

As 131 que conseguem se sustentar, não raro, buscam capitalização, mas não chegam a pagar dividendos

FLAVIA LIMA - DE SÃO PAULO

Nos últimos dois anos, o governo direcionou mais de R\$ 40 bilhões para estatais federais. O raio X da estrutura das empresas foi feito pelo IFI (Instituição Fiscal Independente), do Senado, e inclui 149 empresas: 18 financeiramente dependentes da União e 131 independentes.

Segundo o levantamento, a receita das empresas dependentes foi de R\$ 16,8 bilhões em 2016. Deste total, mais de 90% vieram do Orçamento da União. Segundo Josué Pellegrini, do IFI, não devem ter havido mudanças significativas, com os números repetindo-se em 2017.

Entre as independentes, embora recebam este nome porque têm mais autonomia em relação ao governo para se manter, o fluxo de aportes federais foi de R\$ 6 bilhões em 2016 e outros R\$ 2,4 bilhões previstos para 2017. Desta forma, o total recebido pelas 149 empresas deve ter passado de R\$ 40 bilhões nos últimos dois anos.

É preciso olhar o universo de empresas com cuidado porque ele é diverso e inclui casos muito diferentes. Inclui a Valec, estatal dependente que cuida de ferrovias e que teve ex-diretores envolvidos em desvios em obras; e a Infraero, estatal independente que administra aeroportos, mas que, sozinha, recebeu R\$ 3,4 bilhões em aportes do governo nos últimos dois anos.

Mas também empresas como a Embrapa, de pesquisa agropecuária, conhecida por sua excelência em inovação. "Nossa proposta foi foi jogar um pouco de luz nas estatais", diz Pellegrini, autor do estudo. Ele afirma que a organização de

atividades de interesse público sob a forma de empresas sugere capacidade de geração própria de recursos — o que acaba não ocorrendo em muitos casos.

Muitas estatais — dependentes ou não — dão prejuízos ao cofres públicos.

Entre as estatais dependentes com passivos maiores do que ativos, os casos mais contundentes são do GHC, rede hospitalar gaúcha, com passivo de R\$ 2,7 bilhões, e a Embrapa, cujo passivo era de R\$ 1,3 bilhão em 2016.

Entre as independentes, o grupo Eletrobras sustenta, de longe, a pior situação, com patrimônio líquido negativo de R\$ 20,3 bilhões em 2016. Os dados são de 2016 porque os do ano passado ainda não estão disponíveis. Entre um ano e outro, porém, o quadro não mudou de forma significativa, diz Pellegrini.

SALÁRIOS





Entre as estatais dependentes do governo, os custos com o salário de funcionários passam, em alguns casos, de R\$ 20 mil ao mês, sem a garantia de que a maioria ofereça retorno proporcional ao investimento demandado do poder público.

Do orçamento total das dependentes, 86% eram absorvidos, em média, por salários e outras despesas correntes e apenas 14% direcionados para investimentos.

Em setembro de 2017, as 18 empresas reuniam 74 mil empregados — uma alta anual de 11,4% desde

2011, ano em que o número de funcionários efetivos era de 40,3 mil.

Entre as empresas com maior autonomia em relação ao governo, o ponto de atenção é outro: a distribuição de lucros na forma de dividendos, que funcionam como uma contrapartida dessas empresas à União.

Foram R\$ 4,8 bilhões em dividendos pagos até setembro de 2017, ante R\$ 1,5 bilhão em igual período de 2016. A marca, porém, ainda está muito distante do volume anual entre R\$ 12 bilhões e R\$ 28

bilhões desembolsado entre 2008 e 2015.

Para Pellegrini, se não existe capacidade de geração de receita própria entre as dependentes, seria melhor incluí-las em outros gastos da administração direta, como aqueles que o governo tem com ministérios. Entre as independentes, é preciso avaliar se o Estado precisa mesmo estar presente no setor.

Em nota, o Ministério do Planejamento disse que não comenta dados de terceiros.

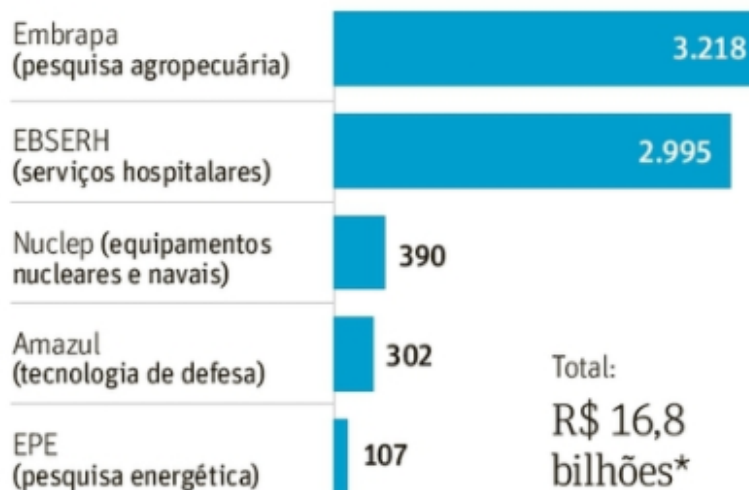
COFRE ABASTECIDO

Parte das estatais é fortemente dependente do governo

Grupo de estatais consideradas dependentes recebe R\$ 16,8 bi do governo federal*...

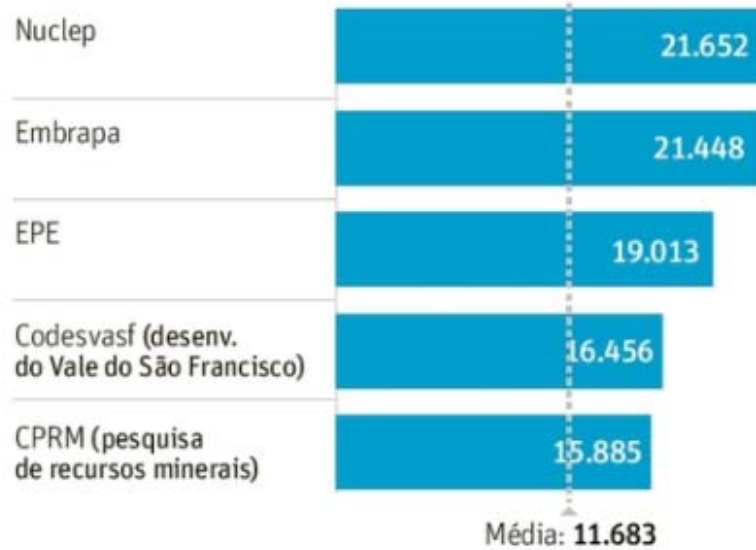


As cinco empresas que mais dependem do governo
Orçamento (em R\$ milhões)





As cinco dependentes com maior gasto mensal por funcionário (em R\$)



...Mesmo empresas chamadas de independentes continuam recebendo injeções bilionárias de recursos



Os cinco maiores aportes em 2017 (em R\$ milhões)



*exercício 2016; em média, 90% vieram da União
Fonte: Lei do Orçamento Anual da União e Sest com elaboração IFI

Governo decide suspender discussão sobre 'regra de ouro'

Para o presidente Temer, é preciso esperar a reforma da Previdência; desgaste entre Meirelles e Rodrigo Maia também prejudica negociação

GUSTAVO URIBE, DANIEL CARVALHO e MAELI PRADO - DE BRASÍLIA

Após atrito da equipe econômica com a Câmara e em meio às negociações da reforma da Previdência, o presidente Michel Temer desistiu da flexibilização imediata da chamada regra de ouro do gasto público — que impede a emissão de dívida em volume acima dos investimentos.

A decisão, tomada em reunião nesta segunda-feira (8), pode empurrar para o governo que assumir em 2019, quando o descompasso deve alcançar entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões, o ônus do descumprimento da norma.

O objetivo da regra é evitar que o Estado se endivide para pagar despesas correntes, como pessoal e manutenção, deixando a conta para futuros governos. Também pune gestores e o presidente pelo crime de responsabilidade, que poderia resultar em processo de impeachment.

Uma proposta de emenda à

Constituição com a suspensão temporária da punição vinha sendo discutida entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. Ambos têm interesse direto no tema, pois são pré-candidatos à Presidência.

No entanto, os dois condutores da proposta trocaram farpas no final da semana passada, o que acabou inviabilizando as mudanças.

Meirelles disse ser contra "a suspensão pura e simples" da regra, defendendo no lugar a criação de mecanismos automáticos de controle de despesas, como proibição de reajustes salariais e concessão de desonerações fiscais.

Maia reagiu. Disse que a declaração do ministro "encerra o assunto" e determinou que o deputado Pedro Paulo (PMDB-RJ), que estava elaborando a proposta, não tratasse mais do tema.

Nesta segunda, como antecipado pela Folha, Temer determinou, em encontro entre ministros palacianos e a equipe econômica, que a proposta de flexibilização da regra de ouro só deve ser discutida caso fique claro que a reforma previdenciária não será aprovada neste ano.

Ele ponderou que o apoio à alteração passaria a mensagem de que o governo não acredita mais na reforma. E orientou os ministros Meirelles e Dyogo Oliveira (Planejamento) a procurar alternativas para evitar que a regra não seja cumprida.

CRÍTICAS

Nos bastidores, Temer fez críticas às posturas de Meirelles e de Maia que, na opinião dele, disputam abertamente o posto de candidato do governo à Presidência. Após o encontro, Meirelles e Dyogo afirmaram que a discussão da regra não é "adequada" para o momento atual.

Por enquanto, segundo eles, a Fazenda e o Planejamento estudarão os aspectos jurídicos de uma brecha na lei, que permitiria ao governo pagar despesas correntes com operações de crédito no caso de o Congresso aprovar recursos suplementares.

Neste ano, segundo cálculos do Tesouro, o governo precisa de R\$ 184 bilhões para se adequar. "A orientação do presidente é que não deve haver flexibilização ou suspensão pura e simples da regra. O que podemos estudar são regras de auto ajustamento em caso de superação do limite", disse Meirelles.

Saques das cotas do PIS/Pasep começam no próximo dia 24

De São Paulo- Pessoas com mais de 60 anos de idade poderão sacar as cotas do PIS/Pasep a partir do dia 24, conforme calendário divulgado pelo Ministério do Planejamento nesta segunda (8). Segundo a pasta, 4,5 milhões de cotistas poderão efetuar o saque de um montante que totaliza R\$ 7,8 bilhões.

Quem tem conta-corrente ou poupança individual na Caixa e no Banco do Brasil receberá o crédito em conta automaticamente na noite de 22 de janeiro.

A redução da idade mínima para saque entrou em vigor no sábado, por meio de medida provisória editada pelo presidente Michel Temer. O benefício vale para quem foi cadastrado no PIS/Pasep antes de 4 de outubro de 1988.

Temer adia mudança na ‘regra de ouro’

Meirelles e Rodrigo Maia divergem sobre norma que impede que País emita títulos da dívida pública para bancar despesas correntes

Depois das críticas em torno da possibilidade de mudar a regra de ouro do Orçamento para evitar seu descumprimento, o governo decidiu adiar as discussões do tema para depois da reforma da Previdência. Ainda descartou flexibilizar ou suspender a norma constitucional, considerada vital para evitar a explosão da dívida pública.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a orientação do presidente Michel Temer é apresentar uma proposta que crie mecanismos de ajuste nos gastos em caso de violação, mas que o assunto será debatido no “momento adequado”. A Constituição hoje prevê que descumprir a regra de ouro é crime de responsabilidade, passível de impeachment. A regra de ouro impede que o País emita títulos da dívida pública para bancar despesas correntes, como salários e conta de luz.

Meirelles assegurou que a norma será cumprida em 2018 com a devolução de mais recursos pelo BNDES (que diminui a

necessidade de endividamento). Mas há um rombo de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões a ser coberto em 2019. Na edição do Estado de ontem, o procurador que denunciou as pedaladas fiscais ainda no governo da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), Julio Marcelo, afirma que abrir mão da chamada regra de ouro é quebrar a responsabilidade fiscal e um retrocesso histórico para as finanças públicas do País.

Ainda não há uma proposta formal para mudar a regra de ouro e prever os mecanismos de ajuste. Além disso, a equipe econômica estuda alternativas viáveis do ponto de vista jurídico para preencher esse buraco, já que a solução precisa constar no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, que precisa ser apresentado até 31 de agosto deste ano.

Uma das ideias é apontar na proposta de Orçamento que o governo recorrerá, no ano que vem, à única ressalva permitida na regra de ouro: a aprovação de créditos suplementares. Isso permitiria ao governo elevar dotações de despesas no ano que vem, e esses gastos seriam financiados com operações de crédito sem violar a regra de ouro.

Orçamento.

A dúvida do governo é se esse expediente pode ser considerado já na elaboração do Orçamento ou só pode ser acionado durante o exercício de 2019, o que impediria o governo considerá-la na proposta. “O texto constitucional não é preciso e há interpretações que apontam nas duas direções”, explica o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Essa alternativa, porém, pode enfrentar resistências do Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo apurou o Estadão/Broadcast, a corte de contas pode decidir fazer uma análise prévia para dizer se o expediente está de acordo com a lei. O entendimento preliminar no TCU é de que isso poderia resultar na apresentação de um Orçamento com despesas “sabidamente subestimadas”.

O descumprimento da regra de ouro em 2019 seria responsabilidade do próximo presidente, mas o envio de um PLOA com uma previsão fictícia de despesas e em desacordo com a Constituição é um problema que recairia no colo da atual equipe de governo. O governo ressaltou que a análise jurídica dessa possibilidade ainda não foi concluída.





Mas a costura alternativa seria essencial para o caso de o Congresso Nacional não aprovar nenhuma alteração na regra de ouro este ano. Depois de apoiar inicialmente as discussões, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou atrás e decidiu abandonar a ideia. “Não haverá debate de regra de ouro. Não há uma posição única no governo, então, não vale a pena discutir”, afirmou Maia.

Maia e Meirelles, ambos presidenciáveis, divergiram sobre a forma de mudança na regra de ouro. Enquanto o ministro da Fazenda defende a criação de mecanismos de ajuste nas despesas, o presidente da Câmara preferia a suspensão temporária da regra. “Tivemos reunião hoje

(ontem) com o presidente e a orientação dele confirma a nossa opinião de que não deve haver uma flexibilização ou uma suspensão pura e simples da norma”, frisou Meirelles.

O ministro, porém, evitou partir para o embate com Maia e disse apenas que pautar qualquer proposta de mudança na regra é “decisão do presidente da Câmara”.

Fiscal.

O pesquisador e especialista em contas públicas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), José Roberto Afonso, avalia que mudar a regra de ouro seria uma

“enorme contradição” e que a “saúde fiscal brasileira está muito mal”. Para ele, o governo deveria recorrer à válvula de escape e apontar quais despesas correntes precisariam ser financiadas com dívida de forma excepcional.

O economista José Luis Oreiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade de Brasília (UnB), afirma que a equipe econômica errou no “timing” do debate e ainda não tem uma proposta clara para a questão.

IDIANA TOMAZELLI,
EDUARDO RODRIGUES,
FABRÍCIO DE CASTRO, IGOR
GADELHA e ALTAMIRO SILVA
JÚNIOR

CONJUNTURA »**Regra de ouro pode prever compensações**

Ministros negam intenção de flexibilizar a norma que proíbe o governo de se endividar para pagar gastos do dia a dia. Estudos avaliam a possibilidade de criar mecanismos de ajuste nas despesas caso limite de dívida seja atingido

» ROSANA HESSEL

» HAMILTON FERRARI -
ESPECIAL PARA O CORREIO

Após reunião com o presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto, na manhã de ontem, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o do Planejamento, Dyogo Oliveira, convocaram uma entrevista para alinhar o discurso sobre a proposta de emenda à constituição destinada a alterar a chamada regra de ouro, que proíbe o governo de se endividar para pagar despesas correntes, como salários e benefícios da Previdência. O texto da PEC está sendo redigido pelo deputado Pedro Paulo (MDB-RJ), como se fosse uma ideia do Legislativo, mas fontes da Esplanada admitem que a orientação ao parlamentar vem sendo feita pela equipe econômica.

Os ministros afirmaram que não pretendem flexibilizar a regra, e que nenhuma iniciativa será tomada neste momento. Mas admitiram que estudam alternativas para alterá-la “de forma responsável e coerente com processo de contenção de



Henrique Meirelles e Dyogo Oliveira, após reunião com Michel Temer: risco de descumprimento em 2019

despesas e ajustamento das contas públicas”. Segundo eles, isso poderia ser feito com o estabelecimento de contrapartidas para o caso de descumprimento, como foi feito no caso da Emenda Constitucional 95, a PEC do Teto, que limitou o crescimento da despesa global do governo à variação da inflação no ano anterior. “A orientação do presidente confirma aquilo que tínhamos adiantado, como a nossa opinião de que não deve haver uma flexibilização ou uma suspensão pura e simples. O que podemos estudar serão regras de autoajustamento. Em caso de superação dos limites da regra de ouro, por exemplo, vamos propor os mesmos limites colocados pelo teto (dos gastos)”, disse Meirelles.

O titular da Fazenda reafirmou que o governo continua trabalhando na continuidade do ajuste fiscal, que passa, principalmente, pela reforma da Previdência. De acordo com Dyogo Oliveira, “não há risco de descumprimento da regra de ouro em 2018”. Ele adiantou, contudo, que serão necessários de R\$ 150 bilhões a R\$ 200 bilhões em 2019 para que a norma seja obedecida. Ele avisou que as mudanças na regra precisam ser feitas ainda este ano para valer no Orçamento de 2019, cuja proposta precisa ser enviada ao Congresso Nacional até agosto. “Não é possível reduzir R\$ 200 bilhões no Orçamento, porque as despesas possíveis de corte (as discricionárias) serão menores do que esse valor”, afirmou.





Pelas contas da Secretaria do Tesouro Nacional, neste ano, o descasamento para o cumprimento da regra de ouro é de R\$ 184 bilhões. Em 2017, o governo não descumpriu a regra de ouro porque o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devolveu R\$ 50 bilhões dos adiantamentos que recebeu do Tesouro Nacional. Para fechar as contas em 2018, as autoridades contam com a devolução de R\$ 130 bilhões restantes previstos no acordo firmado entre a instituição e a União. “Já conversamos com o BNDES”, disse Meirelles. “O banco vai cumprir seu papel e fazer a devolução destes recursos, que estão disponíveis. A situação para 2018 está totalmente equacionada”, completou.

Alguns analistas, no entanto, acreditam que será difícil que o repasse seja integral. “Acredito que o BNDES só terá condições de devolver R\$ 80 bilhões, no máximo. Se devolver R\$ 130 bilhões, ficará descapitalizado em um momento em que a economia estará retomando a atividade e quando se espera que a demanda de crédito aumente”, alertou José Luís Oreiro, da

Universidade de Brasília (UnB).

Tarefa difícil

O deputado Pedro Paulo, que foi o encarregado de elaborar a PEC, admite que há risco de o governo não cumprir a regra de ouro em 2018, apesar da avaliação da equipe econômica. “Pode ser que o governo consiga cumprir, mas será uma tarefa muito difícil”, disse o parlamentar. “Os próximos presidentes também sofrerão com isso. Então, é preciso criar um mecanismo para parar de criar despesas obrigatórias, que hoje consomem 50% do orçamento”, defendeu. Para ele, não há dúvidas de que esse tema precisará entrar na pauta das eleições. “Existe um problema, isso é fato, e ele não pode ser empurrado com a barriga. O país não tem dimensão do seu problema fiscal e essa situação terá que ser enfrentada em algum momento”, declarou.

José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), um dos autores da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), disse não entender a necessidade do governo de alterar a

regra de ouro por meio de uma PEC neste momento. “A Constituição já prevê uma válvula de escape. A regra pode ser quebrada através de uma lei que abra um crédito adicional, mas é exigido que tenha finalidade precisa e maioria absoluta do Congresso”, afirmou ele, lembrando que muitos governos estaduais devem ter usado essa flexibilidade.

O peso da Previdência

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, explicou que o risco de descumprimento da regra de ouro é resultado dos rombos consecutivos nos últimos anos nas contas públicas, principalmente na Previdência, por isso a necessidade da reforma. “O sistema de Previdência é o grande elemento de desequilíbrio das contas públicas”, frisou. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, garantiu que o próximo presidente encontrará um país muito melhor do ponto de vista econômico, apesar da crise fiscal. “Em primeiro lugar, o país está crescendo. Em segundo lugar, queremos uma situação fiscal ajustada e para isso estamos trabalhando duro”, disse ele, também defendendo a reforma no sistema de aposentadorias.





Amarra fiscal

A regra de ouro não é uma "jabuticaba" brasileira. Ela foi implementada na maioria dos países desenvolvidos após a Segunda Guerra Mundial como forma de evitar que um governo se endivide para pagar salários ou outras despesas de custeio.

A Constituição Federal de 1988 incorporou essa regra no artigo 167. O descumprimento da norma é crime de responsabilidade fiscal e pode provocar o impeachment do presidente.

O inciso III do artigo 167 proíbe "a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta".

Portanto, especialistas avisam que não é necessária uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para flexibilizar a regra. Basta que o Executivo admita que não conseguirá cumpri-la e envie um projeto de lei ao Legislativo para que ele autorize créditos suplementares para cobrir o rombo.

Essa saída, porém, têm custos políticos e não resolve os problemas que levam ao endividamento.

Para este ano, pelas estimativas do Tesouro Nacional, serão necessários R\$ 184 bilhões para evitar o descumprimento da regra de ouro. Em 2019, de acordo com o Ministério do Planejamento, esse rombo pode ficar entre R\$ 150 bilhões e R\$ 200 bilhões.

Por isso, a base aliada deve apresentar uma proposta de emenda constitucional para estabelecer compensações. Se o endividamento chegar ao limite, o governo seria autorizado a cortar despesas obrigatórias, como o pagamento de servidores.

A PEC seria similar à do teto dos gastos, que autoriza o governo a reduzir despesas obrigatórias caso os gastos cheguem ao limite estabelecido

Fontes: Especialistas e governo

CONJUNTURA »

Saques no PIS/Pasep

» BRUNO SANTA RITA*

Pessoas com mais de 60 anos poderão sacar os recursos das contas PIS/Pasep a partir de 24 de janeiro. A Medida Provisória nº 813/2017, que reduziu a idade mínima de saque, deve favorecer 4,5 milhões de cotistas dos fundos e distribuir R\$ 7,8 bilhões. Desse total, R\$ 3,2 bilhões serão para 1,8 milhão de cotistas do Pasep e R\$ 4,6 bilhões, para 2,7 milhões de cotistas do PIS.

Quem tem conta-corrente ou poupança individual na Caixa ou no Banco do Brasil receberá o dinheiro automaticamente nas contas na noite de 22 de janeiro. Nos últimos meses de 2017, foram sacados R\$ 2,2 bilhões por idosos com mais de 62 anos (mulheres) e 65 anos (homens). Para eles, os saques foram reabertos ontem. No total, os recursos do PIS/Pasep têm potencial de beneficiar 12,5 milhões de trabalhadores e inserir R\$ 26,6 bi na economia, segundo o ministério do

Planejamento.

Os participantes do Pasep podem consultar o saldo disponível para saque nos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil ou acessar lo site www.bb.com.br/pasep. Basta ter em mãos o CPF e a data de nascimento ou o número de inscrição no programa.

Consumo

No caso dos contribuintes do PIS, os saques até R\$ 1,5 mil podem ser feitos no autoatendimento da Caixa apenas com a Senha Cidadão. Com o cartão, a Senha Cidadão e um documento de identidade com foto, os saques também podem ser efetuados em Unidades Lotéricas e unidades do Caixa Aqui.

Para os saques até R\$ 3 mil, Autoatendimento, Unidades Lotéricas e Caixa Aqui estão disponíveis, com uso da Senha Cidadão, Cartão do Cidadão e documento com foto. Acima de R\$3 mil, os saques só podem ser feitos

nas agências da Caixa, mediante apresentação de documento oficial de identificação com foto.

Newton Marques, professor de economia da Universidade de Brasília, acredita que os saques podem ter efeito positivo no consumo e na atividade econômica. O ideal, porém, segundo Marques, seria que os brasileiros usassem o dinheiro para amortizar dívidas. “Mas nem sempre isso acontece”, afirma.

“Eu vou usar o dinheiro do PIS para comprar eletrodomésticos e coisas para a casa”, disse o aposentado José Alves, 65 anos. Para Manoel Martins, 76 anos, os planos giram em torno de um consumo mais sutil e de necessidade. Ele pretende usar o dinheiro para gastos diários. Ele explica que, como teve um acidente vascular cerebral (AVC) recentemente, os recursos serão usados para cuidar da saúde e da alimentação.

* Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo